IV OS LIVRES DOCENTES

1919

1. BACHAREL LAURENTINO ANTONIO MOREIRA DE AZEVEDO.

Nasceu no Recife, provincia de Pernambuco, em 21 de março de 1870, filho do Dr. Manoel Polycarpo de Azevedo e de D. Julia Adelaide da Silva Azevedo.



Bacharel Laurentino Antonio Moreira de Azevedo

Matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, em 1886, bacharelando-se em 29 de novembro de 1890.

Foi promotor publico na capital de São Paulo e em outras comarcas do mesmo Estado.

Exerce, de ha muito, a advocacia em São Paulo, no escriptorio do Dr. Reynaldo Porchat.

Inscreveu-se, em 1917, no concurso para o preenchimento da vaga de substituto da pri-

meira secção da Faculdade de Direito de São Paulo (philosophia do direito e direito romano). Approvado unanimemente, e não indicado, foi, por portaria de 2 de maio de 1919, nomeado livre docente de philosophia do direito e direito romano. Com a publicação do decr. N.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, o seu titulo foi, em 1925, revalidado por dez annos.

Obras publicadas:

— Obrigações naturaes. Direito romano. Dissertação de concurso. Casa Duprat, editora. São Paulo, 1917

- Costume. Philosophia do direito. Casa Duprat, editora. Dissertação de concurso. São Paulo, 1917
- Da compensação no direito romano e no direito trasileiro, civil e commercial. Typ. do Globo. São Paulo, 1920.

2. BACHAREL GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DE REZENDE FILHO.

Nasceu em São Paulo, aos 23 de junho de 1893, filho do Dr. Gabriel José Rodrigues de Rezende e de D. Maria Constança Benevides de Rezende.



Bacharel Gabriel José Rodrigues de Rezende Filho

Bacharel em sciencias e letras, pelo Gymnasio do Estado de São Paulo, com quinze annos, matriculou-se, em 1909, na Faculdade de Direito de São Paulo, obtendo distincção em todas as cadeiras do curso. Bacharelou-se em 13 de dezembro de 1913.

Inscreveu-se, em 1917, no concurso para preenchimento da vaga de lente substituto da setima secção da Faculdade de Direito de São Paulo (theoria e

pratica do processo civil e commercial) e foi unanimemente approvado, mas o indicado e nomeado foi o Dr. Francisco Antonio de Almeida Morato.

Por portaria de 5 de maio de 1919 foi nomeado livre docente da setima secção, tomando posse em o dia seguinte. E o seu titulo, em 1925, foi revalidado por dez annos.

Com o fallecimento do Dr. Estevam de Araujo Almeida, professor cathedratico de theoria do processo civil e commercial, entrou no exercicio da cadeira, que foi supprimida pelo decr. N.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, e no exercicio della continúa até que se formem as turmas sujeitas ao regimen anterior. E tambem lecciona a cadeira de pratica do processo civil e commercial, no impedimento do professor cathedratico Dr. Francisco Antonio de Almeida Morato, durante os trabalhos do Congresso Nacional.

Representa, na Congregação da Faculdade de Direito, a quarta geração de professores: professores cathedraticos foram o Dr. Gabriel José Rodrigues de Rezende, seu pae; o Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, seu avô; e o Conselheiro José Maria de Avellar Brotero, seu bisavô.

Foi secretario particular do Dr. Washington Luis Pereira de Souza, na presidencia do Estado de São Paulo.

E' secretario do Tribunal de Contas de São Paulo.

Obras publicadas:

- Por que principios se rege a appellação de terceiros? Dissertação de concurso. Casa Espindola, editora. São Paulo, 1917.
- Para que se dê a competencia do fôro do contracto é essencial que as partes tenham feito denuncia expressa do fôro do domicilio. Dissertação de concurso. Casa Espindola, editora. São Paulo, 1917

1925

BACHAREL MANOEL FRANCISCO PINTO 3. PEREIRA.

Nasceu aos 27 de maio de 1889, na cidade de Sylvestre Ferraz, do Estado de Minas Geraes. Em sua terra natal, onde cursou primeiras letras, fez tambem o curso



Pereira

de preparatorios, no Gymnasio São José, terminando-o em 1908. E' fllho de D. Laureana Pinto Pereira.

Matriculando-se no meiro anno da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1909, recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 29 de novembro de 1913.

Voltando para Minas. Bacharel Manoel Francisco Pinto pouco depois, foi nomeado promotor da Justica Publica da comarca de Santo Antonio do Ma-

chado, na qual serviu cerca de tres annos.

Transferindo-se para a cidade de Musambinho, naquelle Estado, alli exerceu o cargo de juiz municipal do termo e o de professor do Lyceu Municipal.

Inscreveu-se, em 1920, no concurso para o logar de professor substituto da segunda secção da Faculdade de Direito de São Paulo, e foi unanimemente approvado. Por portaria de 14 de outubro de 1925, foi nomeado livre docente de Direito Internacional Publico e Privado.

Exerce a advocacia em Franca, Estado de S. Paulo. Obras publicadas:

— A mulher no Brasil. — C. Teixeira & Cia., editores. São Paulo, 1916.

- Soberania das Nações. Dissertação de concurso. São Paulo, 1920.
- Casamento e Divorcio no Direito Civil Internacional.
 Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato.
 São Paulo, 1924.

NOTA. — Dos oitenta e oito lentes ou professores cathedraticos, 44 são paulistas, podendo a este numero ser accrescidos os dois Andradas, nascidos em França, terra do exilio. Os restantes, são: cariocas, 8; mineiros, 7; bahianos, 5; portuguezes, 5; fluminenses, 5; rio grandenses do sul, 3; pernambucanos, 3; alagoanos, 2; goyano, 1; piauhyense, 1; paraense, 1; e 1 matogrosense.

Dos oito lentes substitutos, 3 são cariocas; 2, paulistas; 1, fluminense; 1, bahiano; 1, pernambucano.

Do tres livres docentes, 1 é pernambucano; 1, mineiro; e 1, paulista.

Dos quinze directores, 8 são paulistas; 2, cariocas; 2, bahianos; 1, mattogrossense; 1, rio grande do sul; e 1, portuguez.